

“TIO, ELA É MENINA”: INVISIBILIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE RECIFE E OS IMPACTOS NA PRÁTICA DOCENTE

Anderson da Mata e Souza¹
Jéssica do Nascimento Silva²
Jaileila de Araújo Menezes³

RESUMO

O presente artigo visa refletir sobre a importância de visibilizar as questões de gênero e sexualidade nas políticas públicas educacionais. Evidenciamos que o atual Plano Municipal de Educação da cidade de Recife invisibiliza as questões de gênero e sexualidade ao não apresentar em seu conteúdo nenhuma referência sobre tais abordagens. Deste modo, objetivamos através do presente artigo investigar os impactos da invisibilização das discussões de gênero e sexualidade no atual Plano Municipal de Educação da cidade de Recife (PME), na prática docente de professores/as da rede. Realizamos observação de duas turmas do ensino fundamental e entrevistas semiestruturadas com quatro docentes. Através da análise de conteúdo, inspirados na perspectiva de Bardin (2006), concluímos que os/as professores/as compreendem que é fundamental uma política que forneça subsídios para introduzir, refletir e intervir sobre esses temas em sala de aula, e a ausência desta impede e/ou inibe que discussões e enfrentamentos qualificados das desigualdades de gênero e sexualidade ocorram no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; políticas públicas educacionais; prática docente.

1. INTRODUÇÃO

O processo de formação docente é um percurso árduo e complexo. Diante das diversas discussões apresentadas no período de formação, alguns temas são pouco problematizados, a exemplo das questões de gênero e sexualidade. O curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, a saber, que tem duração de dez períodos, totalizando cinco anos de formação, dispõe de um componente curricular eletivo, com carga horária de sessenta horas, denominado Sexualidade e Educação. A opção é do/da estudante em matricular-se neste componente.

Levando em consideração a centralidade das questões de sexualidade e gênero em nossa sociedade e a realidade do curso de Pedagogia, composto em sua maioria por mulheres – a quem, historicamente se atribui a função de cuidado – compreendemos que é

¹Graduando do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. andersondamata1986@hotmail.com

²Graduanda do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. jessicanascimento1971@hotmail.com

³Professora associada do Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. jaileila.araujo@gmail.com

imprescindível discussões sobre essas temáticas ao longo de todo o período de formação docente.

Vivências relacionadas a gênero e sexualidade no cotidiano de nossa condição como estudantes de uma universidade federal e estagiários em escolas da rede pública e privada contribuiu com nosso interesse em pesquisar e compreender como os/as docentes dos anos iniciais estão lidando com estes temas em sala de aula, visto que tais discussões são recentes e as formulações de políticas educacionais que deem conta destas demandas caminham a passos lentos na atual conjuntura política do país.

No Brasil, várias são as bases legais que asseguram o direito à educação para a igualdade de gênero, raça e sexualidade⁴. Um importante documento que se apresenta como instrumentos de referência para a construção do currículo escolar, a partir de uma perspectiva de gênero e sexualidade nas políticas educacionais brasileiras, são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁵ (Brasil, 1997). Atualmente é um dos mais importantes documentos que auxiliam a prática docente. Vale ressaltar que todos os documentos aqui citados, são e foram objetos de pesquisa de diversos autores que analisaram os avanços e retrocessos de tais políticas no âmbito educacional. (ALTMANN, 2001; BRAGA, 2012).

Nossa compreensão do tema aponta que apesar dos significativos avanços apresentados, as políticas educacionais no Brasil, com relação às discussões de gênero e sexualidade ainda são tímidas, quando analisadas do ponto de vista de sua efetivação. Outro dado que chama nossa atenção e se apresenta como alerta, são os Planos Municipais de Educação. No ano de 2015, vários documentos em diversos municípios foram aprovados excluindo as discussões de gênero e sexualidade. O processo de aprovação dos documentos foi alvo de protestos de diversos segmentos da sociedade e repercutiram em todo país.

Na cidade do Recife marcado por fortes protestos, o Plano Municipal de Educação também foi aprovado excluindo as discussões de gênero e sexualidade do campo da educação. Junior et al. (2015), em artigo intitulado *Plano Municipal de Educação de Recife/PE: análise de um modelo de política pública* faz uma análise do processo de aprovação desse documento

⁴Além da Constituição Brasileira (1988), também apresenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), nas Diretrizes Nacionais de Educação e Diversidade e nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (Art. 16), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, e na Lei Maria da Penha (2006). (VIANNA; UMBEHAUM, 2016).

⁵Os PCN introduziram na grade curricular do ensino fundamental e médio os chamados temas transversais: questões e assuntos que perpassam todos os campos do conhecimento e que devem contribuir para a formação de um cidadão mais participativo, reflexivo e autônomo, conscientes de seus direitos e deveres. (VIANNA; UMBEHAUM, 2016, p. 76).

evidenciando a contradição de uma ação que deveria ser democrática e participativa, no entanto aprovado às pressas a portas fechadas.

As justificativas apresentadas pela gestão inserem-se em um discurso contraditório, porque usa termos como ‘democracia’, ‘participação’ e ‘diálogo’. No entanto, o ofício nº 28 GP/SEGOV de 15/06/2015 do Gabinete do Prefeito enviado ao Presidente da Câmara Municipal do Recife, solicita em regime de “urgência” a apreciação do PME (imposto) e afirmando que o documento em anexo foi “elaborado com a participação da comunidade educacional e sociedade civil”, o que não procede, uma vez que o FME não foi consultado acerca do “PME” submetido à votação no dia 22 de junho e publicizado no Diário Oficial do Município no dia seguinte. (JUNIOR et al, 2015, p.8).

Diante do cenário apresentado, nosso projeto de pesquisa buscou analisar como a invisibilidade das discussões de gênero e sexualidade nas políticas públicas educacionais, especificamente no atual Plano Municipal de Educação da cidade de Recife, pode impactar na prática docente.

Supomos, diante das leituras até então realizadas, que a inexistência de políticas que visibilizem a importância deste debate e garantam as discussões em sala de aula sobre o tema relações de gênero e sexualidade, colaboram para a manutenção das desigualdades.

A pesquisa teve como **Objetivo Geral:** Investigar os impactos da invisibilização das discussões de gênero e sexualidade no atual Plano Municipal de Educação da cidade do Recife (PME), na prática docente de professores/as da rede. A pesquisa teve como **Objetivos Específicos:** a) problematizar situações do cotidiano em sala de aula e as vivências de professores/as com relação às questões de gênero e sexualidade; b) identificar as dificuldades de manejo de situações de gênero e sexualidade, pelos/as professores/as; c) analisar, na visão dos/das professores/as, os impactos do Plano Municipal de Educação da cidade do Recife (PME), especificamente no tocante à abordagem das problemáticas de gênero e sexualidade.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: CONCEITOS E DESAFIOS

Ao longo do tempo, através das pesquisas educacionais, das relações de poder e da história dos sujeitos, o conceito de gênero e sexualidade foi se incorporando nas áreas de conhecimentos com o aumento das temáticas que ligam gênero, sexualidade, diversidade sexual e educação. Portanto, não se tem um único conceito de gênero e sexualidade, pois segundo as autoras Vianna e Unbehaum (2016, p. 68), “defendemos a intersecção entre esses

conceitos, mas consideramos que seria extremamente empobrecedora a eleição de um único conceito de gênero, uma vez que se trata de tema polêmico e em constante mutação”.

A sexualidade como afirma Foucault (1988) é um dispositivo histórico, nesse sentido é uma ferramenta social utilizada para controlar os corpos dos sujeitos. Guacira Louro (1997, p. 14) enfatiza que o conceito de gênero se constrói nas relações sociais, marcada fortemente por estudos que priorizam as mulheres, no entanto nos últimos anos estes estudos passam a se referir de forma mais explícita aos homens.

Nessa perspectiva ao analisar os autores supracitados podemos perceber uma aproximação de pensamentos que nos permite refletir sobre a relação de poder existente em nossa cultura que estabelecem padrões universais de comportamento dos corpos, na qual aqueles que fujam dessa “normatividade” são considerados “desviantes” ou “anormais”.

Compreendemos que as identidades sexuais se constituem de várias formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Como também, os sujeitos se identificam com o masculino ou feminino, social e historicamente, e assim constroem suas identidades de gênero. (LOURO, 1997).

Perceber que a identidade sexual e de gênero é construído pelo discurso a fim de estabelecer fronteiras que regulam e normatizam os corpos através das diversas instâncias sociais sejam elas família, escolas, etc. (LOURO, 1997). Sendo assim é necessário superar as barreiras históricas criadas socialmente que reprimem os sujeitos de viverem suas identidades sexuais e de gênero.

Guacira Lopes Louro (1997, p. 51-52), afirma que “se aceitamos que os sujeitos se constituem em múltiplas identidades, ou se afirmamos que as identidades são sempre parciais, não-unitárias, teremos dificuldade de apontar uma identidade explicativa universal”. Nesse sentido, a escola como espaço educativo deve reconhecer as múltiplas identidades existentes na sociedade para que os discentes se sintam pertencentes ao meio social no qual estão inseridos.

Compreendemos que a invisibilidade ou a falta de abordagem das questões de gênero e sexualidade geram a exclusão de uma parte da sociedade. As relações de poder pautadas na heteronormatividade, no machismo e na misoginia atuam com mecanismos de controle dos corpos, mantendo a hierarquia de padrões masculinos sobre os femininos e justificando biologicamente desigualdades que foram construídas social e historicamente.

Como citou Guacira Lopes Louro (1997, p. 22), “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, [...] mas sim nos

arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação”. Esses enquadramentos sobre o papel de gênero e padrão hegemônico da sexualidade são representações estabelecidas nas relações sociais, sendo necessário que as instituições de ensino rompam com os padrões “adequados” constitutivos do sujeito masculino e feminino.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PROBLEMATIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Compreendemos que o conceito de Políticas Públicas pode conter dois sentidos distintos. No campo político, entende-se a política pública como um movimento de decisão, em que há naturalmente conflitos de interesses, assim a partir das políticas públicas, o governo adota uma agenda de decisões do que fazer ou não fazer. O segundo sentido se dá do ponto de vista administrativo, assim as políticas públicas são um conjunto de programas, projetos e atividades realizadas pelo governo.

Buscamos analisar a historicidade das discussões de gênero e sexualidade nas políticas públicas educacionais. Identificamos que “entre as iniciativas mais antigas e recorrentes de introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação ganham destaque as direcionadas ao currículo” (UNBEHAUM; VIANNA⁶, 2016). Ainda de acordo com a publicação, em plena ditadura militar ocorreu à tramitação na Câmara dos Deputados de uma proposta de educação sexual nas escolas em todos os níveis de ensino (UNBEHAUM; VIANNA, 2016).

Mesmo assim, a introdução do tema da sexualidade no currículo escolar tem alguma visibilidade a partir do ano de 1970. “Nesse período, com o surgimento da Lei nº 5.692/1971, os trabalhos com educação sexual no âmbito oficial eram de responsabilidade dos orientadores educacionais e dos docentes da área de Ciências ou de Programas de Saúde”. (UNBEHAUM; VIANNA, p. 71, 2016).

Observamos que nas últimas décadas, ocorreu um investimento em mudanças na educação básica brasileira de um modo geral, principalmente no final dos anos de 1980, com a reformulação da Constituição Federal de 1988 e esse investimento tem sido significativo.

⁶As autoras (VIANNA; UNBEHAUM, 2016), vão traçando uma importante linha histórica do processo de inserção da temática nas políticas educacionais, abordando acontecimentos no Brasil que vão possibilitando um cenário de inclusão e ampliação da temática no campo da educação. De acordo com a publicação desde 1920 já existem registros de iniciativas que propõem a inclusão da educação sexual em escolas públicas para crianças de 11 anos.

“Esse direito também está previsto nos tratados internacionais de direitos humanos com peso de lei dos quais o Brasil é signatário: a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (1989), [...] entre outros”. (CARREIRA, 2016, p.40).

No Brasil, os documentos centrais das políticas educacionais, Lei de Diretrizes e Bases (1996), Plano Nacional de Educação (2014-2024), Planos Estaduais de Educação (2015-2025) e Planos Municipais (2015-2025), balizadores da ação educativa, mantêm em seu teor, mínimas referências as questões de gênero e sexualidade, abordando de modo superficial apresentando em seu conteúdo superação de desigualdades e erradicação as formas de discriminação sem proporcionar maiores reflexões sobre a temática gênero e sexualidade, mantendo o tema na obscuridade das políticas públicas educacionais.

Apesar dos PCN's apresentar significativo avanço, muitos estudos revelam que não é suficiente para a demanda histórica e social que representa no Brasil as desigualdades de gênero e sexualidade, deste modo observamos que apesar das políticas públicas educacionais avançarem no país em diversos aspectos com relação ao tema gênero e sexualidade regrediu sistematicamente, sendo suprimida do atual Plano Nacional, diversos Planos Estaduais e Municipais.

Nossa reflexão aponta que às temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual estejam presentes na formação docente de uma forma contínua para que o mesmo permaneça apropriado para discutir de uma forma adequada, ou seja, conforme os princípios democráticos, pois “a formação docente é uma das múltiplas searas nas quais poderemos adquirir mecanismos de superação de algumas ideias preconcebidas e construir novos conhecimentos e práticas” (VIANNA, 2012, p.139).

A escola como ambiente educativo deve estar atenta, pois como bem sabemos, a homofobia e outras formas de preconceito estão presentes no cotidiano escolar. “Temos de aguçar nosso olhar e ficar atentos para os processos que tecem as subordinações e hierarquias entre sujeitos e práticas sexuais, que admitem e excluem indivíduos e grupos sociais” (LOURO, 2011, p.67).

A escola, nesta concepção, e todos que a constituem, ao evidenciar e problematizar esses temas deve atentar para as abordagens equivocadas mesmo que não pretendidos, pois poderão reafirmar as desigualdades de gênero e sexualidade. Diante disso é necessário refletir sobre a escola como um espaço que (des)educa para as relações de gênero e sexualidade, pois implicitamente em atividades e discursos colocamos em evidencia maneiras e comportamentos tidos como adequados para meninas e meninos.

2.3 EFEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS PRÁTICAS DOCENTES EM GÊNERO E SEXUALIDADE

O trabalho/prática docente pode ser compreendido como ação humana. Neste sentido, o professor deve construir um conhecimento pessoal sobre a sua profissão e se reconhecer como um ser que é constituído em meio às suas relações. Nóvoa (1999, p. 18) nos faz lembrar, nesse momento, que: “O reforço de práticas pedagógicas inovadoras, construídas pelos professores a partir de uma reflexão sobre a experiência, parece ser a única saída possível”.

Os parâmetros do ensino e da prática docente, diante do modelo da complexidade devem estar pautados na visão de totalidade dos conteúdos a serem trabalhados e dos indivíduos como seres múltiplos em suas dimensões (físico, psíquico, biológico, cultural, social e histórico). Além de serem estimulados a participar da construção do conhecimento, os estudantes devem também ser mobilizados para o desenvolvimento do olhar crítico e desperto em relação a sua realidade atuando com cidadania e ética na vida social. (NÓVOA, 1999).

Compreendemos que além da formação inicial, os/as docentes continuam seu processo de formação na prática. Deste modo, a prática reflete as concepções educativas que esse profissional possui. “A ação educativa se revestiu de uma grande complexidade e de margens significativas de imprevisibilidade”. (NÓVOA, 1999, p. 18).

Este processo é complexo e fruto de algumas reflexões, assim tais “características são ainda mais marcadas nos dias de hoje, devido à presença na escola de crianças de todas as origens sociais e culturais, bem como à democratização do acesso às mais variadas tecnologias de informação e comunicação”. (NÓVOA, 1999, p. 18).

A prática docente é definida por estudiosos como um processo em constante construção, desde seus aprendizados ao longo da vida à sua formação específica dentro da profissão. A reflexão docente sobre sua prática contribui para que ela não se limite ao currículo ou à matriz de formação. “Para muitos/as educadores/as, a opção em não discutir as sexualidades e os gêneros pode ser apoiada pela “providencial” inexistência da temática nos currículos escolares (que justificaria sua recusa na discussão e o conveniente apego aos conteúdos curriculares propostos)”. (FURLANI, 2009, p.39).

É relevante que o/a professor/a seja autônomo e, nesse sentido, que sempre se mantenha refletindo acerca de sua prática, tornando-a campo de estudos para avançar nas

propostas educacionais e na formação dos estudantes. Sua ação tem como objetivo principal a formação de cidadãos que poderão agir socialmente, contribuindo para o desenvolvimento do contexto que habitam.

Apesar de todas as conquistas na direção da igualdade de gênero, permanece em nosso país uma forma de dominação do masculino por meio de violências física, sexual e/ou psicológica que agride não apenas as mulheres, mas os homens que não agem de acordo com os padrões rígidos e dominantes da masculinidade. Relacionar estes comportamentos violentos à pobreza seria agir de modo preconceituoso na abordagem de um evento que está presente em todas as camadas sociais e impedir a compreensão da questão como propriamente violência de gênero. Salienta-se que de forma sutil, estão presentes na escola diversas formas de discriminação nas práticas docentes, nas atividades didáticas e nos materiais curriculares que estimulam as diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres, tratando-as como se fossem naturais.

As instituições escolares são locais de reprodução da heteronormatividade, deste modo, os/as docentes, como os demais membros da sociedade, reproduzem e convivem com alguns preconceitos normatizantes e moralistas em seus cotidianos, até mesmo no ambiente profissional. Observa-se que diversas práticas escolares recentes caminham em direção contrária à diretriz constitucional de acolhimento à diversidade humana, tal contradição remonta à história dos movimentos pela universalização da educação. (AVILA; TONELI; ANDALÓ, 2011).

De acordo com Vianna (2012, p.6) “os mecanismos de controle social ainda têm peso na construção de novos sentidos sobre a sexualidade e influenciam as políticas e práticas educativas”. Neste sentido as práticas da educação formal, assim como a elaboração de políticas públicas educacionais configuram um cenário excludente distante do esperado para a superação das discriminações, preconceitos e violências relacionadas à orientação sexual e/ou ao gênero a qual o sujeito se identifica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, pois investiu na compreensão dos significados culturais e dos sentidos atribuídos pelas pessoas sobre as experiências em seu cotidiano. A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo, consistem em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que

dão visibilidade ao mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, entrevistas entre outras formas de registro. (DENZIN & LINCOLN, 2006).

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a observação estruturada⁷, não participante. Adotamos um roteiro de observação, considerando os objetivos da pesquisa. Além da observação em sala de aula, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. O roteiro de entrevista abordou questões sobre gênero e sexualidade, especificamente as dificuldades dos/das professores/as em abordar a temática em sala de aula. Outro bloco de questões teve enfoque particularmente no atual Plano Municipal de Educação. De acordo com nosso objetivo, buscamos identificar na visão dos/das professores/as, quais os impactos da invisibilidade do tema no documento em sua prática em sala de aula.

Nosso campo de observação foram duas escolas municipais na cidade do Recife. Selecionamos as instituições levando em consideração a proximidade desenvolvida por nós ao longo da disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, pois as escolas já foram campo de estágio durante a disciplina. Assim, selecionamos uma escola localizada na RPA2 (Zona Norte do Recife), turma do quinto ano, turno da tarde e outra na RPA4 (Zona Oeste do Recife)⁸, turma do segundo ano, turno da tarde. As professoras das turmas posteriormente as observações foram entrevistadas.

Além das entrevistas com as professoras, entrevistamos dois professores, também atuantes na rede municipal de ensino da cidade do Recife. Intencionamos entrevistar professores homens e professoras mulheres, possibilitando diversificar o gênero e ampliar nossa percepção em torno das práticas de sala de aula, visto que poucos são os professores homens nos anos iniciais⁹.

Elaboramos um quadro com o perfil profissional e outro com perfil socioeconômico dos/das entrevistados/as. Diante do modelo de análise pelo qual optamos, algumas destas informações são fundamentais para atribuir sentido as falas e acontecimentos registrados em nossa coleta e análise dos dados obtidos.

⁷As observações foram realizadas durante uma semana em cada escola. Realizamos observação não participante durante as aulas, na entrada e saída dos estudantes, assim como nos intervalos no pátio de uma das escolas, pois uma delas realiza os intervalos na própria sala de aula.

⁸Para mais informações sobre a divisão dos bairros da cidade do Recife consultar site da Prefeitura do Recife. Disponível em: < www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros>.

⁹Para mais informações sobre tema ver (VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência**. Cadernos Pagu, v. 17, n. 18, p. 81-103, 2001).

Perfil profissional dos/das entrevistadas

PROFESSOR(A)	FORMAÇÃO/INSTITUIÇÃO/ANO	ESPECIALIZAÇÃO	ANOS DE PROFISSÃO	TEMPO NA ESCOLA
Petúnia	Pedagogia/Facul. Evangélica Cristo Rei/2013	Psicopedagogia Clínica e Institucional	5 anos	11 meses
Gardênia	Licenciatura em História e Pedagogia/UNICAP	Orientação Educacional	38 anos entre Estado e Município	5 anos
Lírio	Pedagogia/UFPE/1999	Gestão Educacional	13 anos	13 anos
Cravo	Pedagogia/UFPE/2009 e Ciências Biológicas	Pós Psicologia, Gestão Educacional e Mestrado em Educação	5 anos	4 anos

Perfil socioeconômicos dos/das entrevistados/as

PROFESSOR(A)	GÊNERO	COR	FILHOS	IDADE	ESTADO SOCIOAFETIVO	RENDA FAMILIAR
Petúnia	Feminino	Branca	Não tem	25 anos	Solteira	2.000,00
Gardênia	Feminino	Parda	Um filho	59 anos	Solteira	4.000,00
Lírio	Masculino	Branco	Dois, menino e menina	45 anos	Casado	Não respondeu
Cravo	Masculino	Negro	Não tem	39 anos	Solteiro	Não respondeu

Observamos de acordo com as informações dos/das entrevistados/as que: duas se identificam com o gênero feminino, dois com o gênero masculino; entre as autoatribuições de raça/cor temos a branca, negra e parda; dos/das quatro apenas dois têm filhos; apenas um é casado; e com relação à renda as que responderam identificaram valores aproximados entre quatro e cinco mil reais.

Na organização e análise de dados utilizamos a análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin (2006). Na técnica de análise temática Bardin (2006, p. 38) afirma que “a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens”. O nosso objetivo foi fazer uma análise através das falas dos/das professoras participantes da pesquisa, além das observações no campo de pesquisa.

Elaboramos um quadro para cada profissional e organizamos de modo a construir percepções acerca dos dados coletados (observação e entrevistas). Deste modo, elegemos **categorias** e **subcategorias** inspirados pelos objetivos específicos da pesquisa e dados coletados. Com os dados em mãos, registramos as **unidades de contexto**, neste bloco

adicionamos os episódios das observações e os trechos de fala das entrevistas. Por fim, desenvolvemos a partir das unidades de contexto, **as unidades de registro**. As unidades de registro consistem em dar sentido aos trechos de fala e/ou episódios das observações, significando o teor destes dados.

Assim elegemos a categoria: **Percepção sobre questões de gênero e sexualidade** e as subcategorias: *Dificuldades de manejo de situações de gênero e sexualidade em sala de aula; Processos formativos*. Nossa segunda categoria ficou denominada: **Percepção sobre Política Pública Educacional na prática docente** e a subcategoria: *Impactos do Plano Municipal de Educação no tocante a gênero e sexualidade*.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

4.1 DIFICULDADES DE MANEJO DE SITUAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM SALA DE AULA

Ao longo dos anos as discussões de gênero e sexualidade no âmbito educacional vêm ganhando espaço mesmo que timidamente, políticas educacionais como os Parâmetros Curriculares (PCN) reforça a importância de se debater essa temática em sala de aula, sabemos que ainda hoje existe uma lacuna expressiva na formação docente que evidentemente impactará na prática destes ao se deparar com situações de relações de gênero e sexualidade. Com isso apresentaremos relatos de observações realizados em campo, além de trazer trechos das falas das entrevistas feitas com os docentes para demonstrar as dificuldades de manejo a respeito da temática.

Durante as observações realizadas podemos registrar alguns episódios.

“No primeiro dia de observação a professora relatou que havia duas meninas suspensas por questões de comportamento”.

“Em um dos dias da observação a gestora foi à sala para passar um recado sobre comportamento, durante seu aviso enfatiza que as meninas estão dando mais trabalho” (importante informar que no dia do acontecido as duas estudantes que estavam suspensas tinham retornado a escola).

(Escola localizada na RPA2 Zona Norte do Recife)

O episódio ocorrido na escola reforça a ideia de comportamentos adequados para meninos e meninas como se sexo/gênero fossem atributos fixos e determinantes. As expectativas sociais de comportamento para meninos e meninas balizam performances de sensibilidade e gentileza para elas e iniciativa, racionalidade e virilidade para os meninos. A reiteração dessas performances está presente na sala de aula, mesmo ocorrendo de uma forma

inconsciente, faz-se então necessário que os docentes atentem para sua participação nesse processo excludente de outras possibilidades de ser e existir para meninos e meninas.

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (LOURO, 1997, p.24).

No entanto, mesmo percebendo esses discursos destes sujeitos em outras práticas escolares no que diz respeito à temática existe uma dinamicidade muito importante para a quebra de estereótipos criados socialmente.

“A professora não faz distinção de gênero na organização das atividades e/ou na colaboração em sala para momentos de ir ao quadro”.

“Em uma atividade com uma tirinha para elaborar uma história a partir do material vários estudantes questionaram se tratava-se na figura de um menino ou uma menina, a professora respondeu que poderia ser o que cada um desejasse”.

(Escola localizada na RPA2 Zona Norte do Recife)

Observamos que a postura da professora ao não definir o gênero do personagem e deixar em aberto a escolha para os/as estudantes vem evidenciar sua reflexão a partir de um processo de autonomia, pois a mesma não identifica em seu processo de formação discussões sobre as questões de gênero e sexualidade. Durante a entrevista identificamos que a professora Gardênia traz em seu discurso referência as prescrições dos Parâmetros Curriculares Nacionais trazendo em sua fala palavras como cidadania, respeito e temas transversais.

“Estivemos presente no ensaio dos segundos anos para o dia das mães, interessante que as duplas eram formadas por meninos com meninos, meninas com meninas e meninos e meninas”.

“Durante uma conversa na sala a professora fala sobre o diário e que se trata de um caderno para guardar segredos, uma das crianças diz que são segredos sobre namorados, a professora leva com naturalidade a situação e fala também, mas não só”.

(Escola localizada RPA4 Zona Oeste do Recife)

Percebemos que diante de certas situações as professoras das respectivas escolas desconstruem informações distorcidas que padronizam/estabelecem cores, atividades, pares de dança adequados para meninos e meninas. No campo da afetividade agem de forma natural percebendo que as emoções e sentimentos surgem desde a infância e que é necessário saber lidar com essas situações que é uma realidade da sala de aula.

Outro aspecto importante em ambas às escolas é que não identificamos segregação de gênero, já que nas cadeiras os/as estudantes sentam-se em dupla e fica a critério dos/das

estudantes a escolha do local para se sentar, também na hora da merenda a fila é única não existindo assim uma separação.

Enquanto observamos às posturas dos próprios alunos em relações as brincadeiras e comportamentos para com seus colegas destacamos um episódio intrigante.

“Durante uma pausa para assinar a ficha do novo fardamento, algumas crianças começaram a brincar na sala, um menino e uma menina estavam brincando de bater as mãos, outro menino chegou perto e falou que não era brincadeira de menino. A dupla que estava brincando não dá muita atenção, ele volta e pede que o menino dê um beijo na menina, ele se recusa e o que o pediu beija a bochecha de outro menino e fala ‘assim ó, é fácil’”.

(Escola localizada RPA4 Zona Oeste do Recife)

No primeiro momento fica evidente a demarcação feita pelo garoto sobre adequação da brincadeira para menino, marca de uma cultura que desde a infância ensina e polícia comportamentos, linguagem, brinquedos, brincadeiras adequadas para meninos e meninas. No segundo momento ficam evidentes os efeitos prejudiciais de como essa cultura afeta as crianças, pois ao mesmo tempo em que ele diz que aquela brincadeira não é para menino ao beijar a bochecha do seu colega ele expressa um sentimento “contraditório”, ou seja, o garoto consegue mostrar suas emoções, afeto por seu amigo, no entanto devido às fronteiras estabelecidas por uma sociedade machista e heteronormativa o menino perpetua estereótipos sobre as brincadeiras de forma involuntária.

No período de observação ficou claro que ambas as escolas seguem a doutrina religiosa cristã, com filas no pátio para realização da oração e logo é colocada uma canção (hino religioso) antes de se dirigir para a sala de aula, as práticas desenvolvidas pelas escolas são bastante parecidas. Na escola da RPA4 a professora, durante o ensaio para apresentação do dia das mães, mesmo utilizando uma canção gospel promove uma educação sobre as relações de gênero e sexualidade de uma forma positiva, não estipulando par ideal e quando os alunos falam sobre namorados ela dialoga naturalmente com eles/elas sobre o assunto, sem constrangimentos.

Para compreender melhor as dificuldades dos/das docentes no manejo das discussões das relações de gênero e sexualidade, foram selecionados recortes de algumas falas.

*“Com as crianças pequenas é complicado porque na realidade eles não entendem direito, então você não pode nem aprofundar então você deve falar superficialmente, primeiro porque existe uma **resistência por causa da família** que isso é questão de pecado, questão que não pode mexer e questão que isso não pode ser discutido”.*

(Lírio, professor do 2º Ano do Ens. Fund.)

Existe uma ideia de temporalidade para despertar a sexualidade não levando em consideração que a mesma se manifesta desde a infância, entendimento esse que é enraizado

em uma cultura adultocêntrica, que tende a excluir as crianças dessas discussões, como se esse campo vivencial da sexualidade não lhes desse respeito. A escola como espaço educativo deve trabalhar tais temáticas levando as crianças a quebrar os padrões de identidades de gênero e sexualidade.

A fala de Lírio deixa bastante evidente a dificuldade de se trabalhar às discussões de gênero e sexualidade com as crianças sejam pela resistência da família que tem ideologia religiosa que mostra um tabu de “pecado” e “proibido” em abordar esse assunto em sala de aula, ou pela falta de preparo e experiência em discutir na educação infantil de uma forma apropriada para o entendimento e conhecimento das crianças.

“Consigo transitar com esse discurso no meu espaço de uma forma tranquila, talvez eu tenha mais facilidade porque geralmente eu trabalho com os alunos maiores do quinto ano, são alunos que já são pré-adolescentes então às vezes trago essa temática de uma forma mais leve. Essa discussão é feita de uma forma interdisciplinar e muitas vezes de situações do próprio cotidiano, muitas questões são os próprios alunos que trazem para a escola e acabamos aprendendo as coisas”.

(Cravo, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

Podemos observar que o professor Cravo também deixa claro que trabalhar a temática com as turmas maiores tendem a facilitar o trabalho pedagógico pelo “fácil” entendimento, no entanto fica evidente a correlação que o docente realiza entre dois polos: experiências externas dos/das estudantes e acontecimentos do cotidiano escolar para se trabalhar a temática de uma forma interdisciplinar quando necessário, pois os/as próprios/as estudantes percebem a sala de aula como um espaço educativo de dinâmicas de conhecimento e trazem suas dúvidas para serem discutidas e esclarecidas, não ficando à mercê de datas comemorativas para se trabalhar as questões de gênero e sexualidade.

Percebemos que a formação inicial e continuada contribui de modo significativo para alguns esclarecimentos em torno da temática de gênero e sexualidade. O professor Cravo apresenta em seu perfil profissional, assim como em sua entrevista dados que nos fazem refletir sobre suas posturas diante das questões de gênero e sexualidade. No período da graduação encontrou ambientes para debater sobre a temática, e atualmente insere as discussões em sala de aula, assim como junto a outros professores estimulam reflexões nas formações continuadas.

Diante disto, como contraponto a professora Petúnia em uma de suas falas mostra que alguns temas “invisíveis” na escola como gênero e sexualidade é trabalhado somente em datas comemorativas e vista de forma esporádica.

“Principalmente, no dia da Mulher. Que a gente foca muito os direitos e deveres”.

(Petúnia, professora do 2º Ano do Ens. Fund.)

Na fala se percebe a invisibilização da temática e como escape para o processo de inclusão são escolhidas datas comemorativas para integrar aqueles que ficam a margem na instituição escolar. São várias as dificuldades que os docentes enfrentam para lidar com as identidades de gênero e sexualidade que surgem na escola.

Essas estratégias – promovidas oficialmente através de datas comemorativas como, por exemplo, o dia da mulher, o dia do índio, a semana da consciência negra ou da diversidade sexual – mantêm a lógica “separatista”, isto é, a lógica que supõe que as identidades e práticas se fazem de forma autônoma, negando que esses sejam interdependentes. Criam-se, assim “eventos” que, circunstancialmente, destacam o diferente. (LOURO, 2011, p. 68).

É necessário que toda vez que for oportuno o/a professor/a consiga transitar por esses temas de forma tranquila para esclarecer as diversas dúvidas de seus/suas estudantes e sanar as dificuldades de relação e desrespeito existente, com isso é importante resgatar a fala da professora Gardênia e do professor Cravo que deixam evidente a importância de se aproveitar as oportunidades que surgem em sala.

“Eu procuro sempre aproveitar as oportunidades que surgem em sala de aula, então tivemos como a Lei Maria da Penha aonde vieram pessoas aqui falar sobre, então me deu panos nas mangas para continuar trabalhando esse assunto como a questão do machismo, do gênero, respeito com as pessoas que tem a sexualidade diferenciada”.

(Gardênia, professora do 5º Ano do Ens. Fund.)

*“No final do ano estávamos promovendo um simulado para realizar uma eleição aqui na escola e na sala escolhemos um menino e uma menina para trabalhar as questões democráticas devidas àquela efervescência das discussões dos direitos. A menina colocou as propostas, dizendo nos pontos onde a escola poderia melhorar, logo em seguida foi à vez do menino e o discurso dele foi bem fraquinho na hora, mas na hora de votar a maioria votou no menino, então como professor os questioneei dizendo que a menina se saiu tão bem por que vocês não votaram nela? Em uma voz todos responderam **tio, ela é menina**. Então é como eles não encontrassem na representatividade feminina alguém que pudesse representá-los. Daí trouxe a ideia da Dilma e outros fatos para tentar quebrar esse pensamento, mas eles têm isso muito forte, não sei se é uma questão da própria comunidade. Eles fazem muita distinção de coisas que são para homens e mulheres”.*

(Cravo, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

Tais posicionamentos podem ser explicados, no caso dela a partir de sua autonomia profissional em buscar conhecimentos sobre aquilo que sua formação não deu conta e no caso dele a partir da inserção em ambientes formadores que possibilitaram refletir sobre a temática de gênero e sexualidade.

Ambos os professores se oportunizam de episódios que ocorrem na sala de aula para discutir e problematizar gênero e sexualidade, machismo, respeito e papéis de gênero na sociedade, pois os/as estudantes trazem consigo marcas de uma sociedade que marginaliza o “diferente”, incentiva as relações de poder do masculino sobre o feminino e impõe a heterossexualidade como padrão e “normal”.

Os educadores e educadoras devem estar atentos para os currículos ocultos existentes nas falas dos sujeitos, cartazes, livros didáticos, filmes e outras formas que perpetuam estereótipos e de comportamentos e papéis adequados para meninos e meninas, sobre as formas que cada indivíduo vive sua sexualidade para que sua prática pedagógica desconstrua barreiras atitudinais que excluem e desclassificam os sujeitos que fogem dos padrões heteronormativos.

Compreendemos que ainda são muitas as dificuldades enfrentadas pelos docentes para manejar as temáticas de gênero e sexualidade no âmbito escolar, principalmente no que se refere a educação infantil, pois existe uma ideia que as crianças não são capazes de apreender certos significados em torno das discussões, além de enfrentar uma barreira nas suas práticas que é a família, devido as suas ideologias sejam elas religiosas ou sociais passadas historicamente pelas gerações anteriores.

4.2 PROCESSOS FORMATIVOS: IMPORTÂNCIA DE SE DISCUTIR GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

“Muito pouco, quase nada dessa discussão na universidade”.

(Lírio, professor do 2º Ano do Ens. Fund.)

“Na minha graduação não tinha essa questão, não se tocava, de um tempo para cá que está mais atuante essas questões”.

(Gardênia, professora do 5º Ano do Ens. Fund.)

A fala do professor Lírio e da professora Gardênia evidenciam uma ausência de debates acerca das discussões de gênero e sexualidade na formação de ambos. Levando em consideração o período de formação dos citados, anterior aos anos dois mil, pensando também o processo de implementação e efetivação de uma política pública, podemos afirmar que durante muito tempo essas discussões foram invisibilizadas no processo formativo de muitos/as professores/as.

Essa realidade marcada pela ausência das discussões de gênero e sexualidade no âmbito formativo sofreu nos últimos anos significativas mudanças. Destacamos as reformas educacionais do governo Lula (2003-2011), em que projetos e ações foram programados e focalizados em diversidade. Foram realizadas conferências municipais, estaduais e nacionais de educação, além de revisão das diretrizes curriculares em todos os níveis de ensino. (CAVASIN; GAVA; UMBEHAUM, 2010).

Diante disto, observamos que a professora Petúnia com formação em dois mil e treze e o professor Cravo com formação em dois mil e nove, já apresenta outra realidade formativa diante das temáticas aqui problematizadas. Assim falam:

“A gente fez essa cadeira que foi muito bem discutida, teve que apresentar trabalhos, sugestões e tudo. Desde 2010, quando eu entrei na faculdade, já era um assunto muito discutido, devido a ter a questão LGBT”.

(Petúnia, professora do 2º Ano do Ens. Fund.)

“Tive oportunidade, nós trabalhamos essa temática, as discussões eram a partir de outros espaços que tinha no centro e não em uma disciplina específica”.

(Cravo, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

Observamos que ambos tiveram no processo formativo a oportunidade de familiarizar-se com as temáticas de gênero e sexualidade. É importante evidenciar que na formação da professora Petúnia, o tema já se apresenta de modo mais avançado, com destaque para uma disciplina específica em que os/as estudantes podem debater e problematizar os temas.

Ainda na fala da professora observamos que a mesma atribuí ao movimento LGBT, a introdução desses temas na formação. De acordo com documento publicado em dois mil e dezesseis, identificamos que a visibilidade de algumas pautas do movimento LGBT, foram importantes para abertura desses temas na escola. É importante trazer que apesar de tal abertura, diversos setores, principalmente setores conservadores da sociedade apresentaram resistência com relação a tais discussões no espaço escolar.

No final de 2003, durante o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Transexuais e Transgêneros, em resposta à pressão do movimento LGBT, o governo, por intermédio de um representante da SDH, apresentou como proposta a produção de cartilhas para orientar a sociedade sobre o público LGBT. (VIANNA; UNBEHAUM, 2016, p.86).

Outra questão trazida pela professora Petúnia que evidencia algo muito significativo vem dizer da importância de saber lidar em sala de aula com as questões de gênero e sexualidade a partir de uma preparação anterior.

“Facilita muito ter esses debates e trocas de ideias com os profissionais que já viram e tem mais experiências que a gente enriquecendo bastante”.

Ainda evidencia que a preparação para atuar em questões do cotidiano escolar, com relação aos temas de gênero e sexualidade possibilitam melhor tratamento com as crianças que não estejam dentro dos padrões normativos de ser homem e ser mulher.

“Contribui sim, pois a gente tem mais liberdade em falar, se levar em consideração algumas experiências, nós professores passamos a ver como abordar, como vê alguns casos e quando já temos trabalhado ficamos atentos até como abordar a criança de forma que não a constranja, conseguindo tratar de uma forma melhor”.

“Quem não teve a oportunidade de ver acaba tratando a criança de uma maneira que embaralha a criança principalmente na frente da turma”.

(Petúnia, professora do 2º Ano do Ens. Fund.)

Para Petúnia é muito significativo debater esses temas no processo formativo, pois desenvolve no profissional subsídios para lidar com as questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. Além da importância dessas discussões no período de formação apresentada pela professora, destacamos a fala do professor Cravo que ressalta nas capacitações a ausência desse debate como tema formador e a inclusão dele por parte dos/das professores/as.

“A prefeitura promove algumas capacitações, e as vezes se trazem essa temática não sendo o tema chave, mas de alguma forma elas são abordadas durante a formação, porque nós trazemos essa discussão”.

(Cravo, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

Na fala do professor Cravo evidenciando ausência do debate também no âmbito da capacitação, observamos que apesar dessa ausência no processo de formação e capacitação dos/das professores/as, há resistência e autonomia por parte dos/das docentes em desenvolver subsídios para lidar com as questões de gênero e sexualidade em sala de aula.

“Sempre fui uma professora que não me limito muito, sempre nos meus cursos sempre procurei ficar atualizada e não tive dificuldades”.

(Gardênia, professora do 5º Ano do Ens. Fund.)

Gardênia, ao citar a busca por cursos que possam capacitá-la e possibilitar melhor articulação das demandas em sala de aula com o processo de ensino e aprendizagem, aponta que muitos/as professores/as têm autonomia para buscar e atender aos estudantes em suas diversidades sociais, cognitivas, sexuais e etc.

Porém sabemos que, apesar dessa autonomia a carreira docente na realidade brasileira implica refletir sobre outras questões, não é o foco do presente trabalho problematizar e discutir a realidade docente na educação básica, mas é fundamental dizer que não são todos/as os/as professores/as que terão oportunidade, tempo e dinheiro para investir nessa formação continuada e/ou capacitação. Uma das consequências da ausência dos temas de sexualidade e gênero nos planos de educação é o não direcionamento de verbas que garantam formação qualificada nas temáticas para todos e todas, o que evita ações de improviso e pautadas na intuição do que é certo e errado, caindo no campo dos moralismos de cada um/a.

Deste modo, compreendemos que cabe ao poder público na figura dos municípios, sendo esse o grupo ao qual insere-se tal pesquisa subsidiar na formação continuada atividades que possam familiarizar e/ou atualizar os/as professores acerca dos temas de gênero e

sexualidade, visto que essa não é uma demanda atendida, de acordo com os profissionais entrevistados.

O período de formação, assim como as capacitações dos/das professores/as são momentos infinitamente importantes para sua prática pedagógica. A visibilidade de uma temática ou a exclusão de outra durante esses processos estão relacionados diretamente as forças políticas e ideológicas atuantes nos sistemas educacionais. Unbehaum e Vianna (2016, p.67) evidenciam que "[...] tanto o Estado quanto à sociedade civil organizada, por meio de seus movimentos sociais, nas suas respectivas pluralidades, articulam-se e/ou disputam acirradamente interesses sociais, políticos e econômicos presentes nesse processo".

Acredita-se que não há ninguém mais capacitado/a que os/as professores/as para identificar a urgência de temas a serem tratados na sua formação e/ou capacitação, deste modo compreende-se que todo e qualquer tema que seja incluído no processo formativo deva alinhar-se a pesquisas que fundamentem sua pertinência.

De acordo com Cruz e Dal’Igna (2015, p. 8): “[...]precisamos aguçar os nossos sentidos, com muito estudo e pesquisa, para que sejamos capazes de ‘ver’ de que modos gênero está implicado no currículo da formação inicial de docentes [...]”, além de interesse docente para debater, refletir e conhecer determinadas questões que envolvam o ser humano nas suas questões sociais, afetivas, cognitivas, sexuais entre outras.

4.3 IMPACTOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO TOCANTE A GÊNERO E SEXUALIDADE

As políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares são condutoras de propósitos, atitudes, ideias e valores que vão influenciar as escolas e seus atores na definição das práticas formativas dos estudantes determinando um tipo de sujeito a ser educado.

Observamos que existência de alguns documentos possibilita aos/as professores/as um alicerce de confiança para se trabalhar algumas temáticas. Nas falas esteve bastante presente a questão do espaço da escola como o lugar por excelência para apresentar, problematizar e refletir determinados temas. Algumas colocações evidenciaram que a escola ao negligenciar determinados temas cria um distanciamento da realidade como se ela fosse imune a determinadas questões, e sabemos que não é bem assim.

“Esses documentos na prática eles são extremamente importantes e significativos para nós enquanto formação e enquanto atuar na escola e em outros espaços lamento pois, os direitos e avanços que havíamos conseguidos eles estão sendo perdidos”.

(Cravo, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

“Então quando não se tem um documento fico tudo muito aleatório e solto, ou melhor, alguns vão trabalhar enquanto outros não, então os problemas são empurrados, ou seja, faz muita falta para se dar mais ênfase”.

(Petúnia, professora do 2º Ano do Ens. Fund.)

Diante da grande diversidade de atores sociais existentes no contexto escolar, é imprescindível que as relações de gênero e sexualidade sejam revistas nas políticas públicas educacionais para que tais temas ganhem mais espaço no currículo e assim possam construir práticas educativas que minimizem as desigualdades de gênero e sexualidade em nossa sociedade. “As reflexões sobre o atual desenvolvimento de políticas educacionais e suas consequências para um sistema de ensino que reproduz de alguma maneira a desigualdade de gênero não foram ainda suficientemente desenvolvidas”. (UNBEHAUM; VIANNA, 2004, p.79).

Outra importante informação trazida pelo/as professores/as pontua que a invisibilização da temática atua como forma de negação das questões relacionadas a gênero e sexualidade. Há presente no senso comum uma ideia equivocada de que falar sobre incentiva determinadas práticas. Um primeiro ponto a ser pensado vem dizer que algumas questões não estão no campo das escolhas, quando falamos em orientação sexual, por exemplo. Em segundo, falar sobre questões de gênero e sexualidade de modo a problematizar e refletir junto com os estudantes de variadas faixas etárias vem possibilitar a essas e essas crianças e jovens informações qualificadas.

“Agora se tira esses documentos é como se isso não existisse o que é uma mentira, porque a Câmara Municipal do Recife coloca uma pedra como se isso não existisse, como se fosse um mundo de flores e a gente sabe que não é, isso prejudica muito o professor do quinto ano e os professores do sexto, sétimo... porque conversando com os colegas eles se sentem prejudicados com isso”.

(Lírio, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

“É necessário acordarmos, nós vamos sofrer muito com isso, por conta dos dirigentes que estão aí para representar o povo, por que acho que essa é uma temática que não tem mais como esconder, não tem mais como ocultar, temos que discutir e trabalhar isso, os próprios documentos que tiveram avanços agora eles estão sendo perdidos. Isso para nós enquanto professor é uma perda porque uma vez que não temos essas discussões sobre essa temática que está no cotidiano da escola, não teremos materiais e o maior número de material, recursos e rodas de diálogo iria enriquecer e vejo que isso tem se perdido, não nos permitindo parar para discutir essas coisas, assim a escola só faz perder”.

(Cravo, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

"É muito relevante, principalmente porque durante todo ano temos muitas formações e se tivéssemos pelo menos um sobre esses termos e uma orientação a mais para que tivéssemos um embasamento mínimo que fosse teríamos uma melhor noção de lidar na sala de aula, principalmente para quem não teve durante a faculdade, se não tiver profissional que esteja se qualificando e nas formações também não trazem essas discussões, ficaremos sem saber falar sobre esse assunto em sala de aula. Durante as formações é muito distante trazer as discussões de gênero e sexualidade".

(Petúnia, professora do 2º Ano do Ens. Fund.)

Fica evidente que para os/as professores/as o Estado atua como principal órgão invisibilizador das questões de gênero e sexualidade ao aprovar um importante documento que não faz nenhuma referência a essas temáticas. Podemos pensar em um efeito dominó que é: fora dos planos de educação, sem garantia de verbas para ações de formação, sem respaldo para trabalhar com as temáticas de sexualidade e gênero os/as docentes se tornam vulneráveis às instituições sociais conservadoras e ações de fundamentalistas religiosos.

A professora Gardênia alerta que mesmo que haja um documento que indique determinadas discussões em sala de aula, ela enquanto professora filtrará aquilo que for relevante ao conhecimento da sua turma. Para ela é fundamental incluir e discutir os temas relacionados a cidadania, de acordo com suas palavras a atual gestão municipal não possibilita o processo autônomo dos profissionais de educação e exige que determinados temas sejam priorizados em detrimento de outros. A mesma aponta que essas prescrições não levam em consideração a especificidade de cada instituição escolar.

"Eu sou uma professora que mesmo que tenha um parâmetro curricular, as diretrizes de base ou planejamento que a Prefeitura do Recife envia para nós através do diário online com as descrições dos componentes de conteúdos, sempre procuro ver o que é mais importante também eu me considero autônoma dentro da minha sala de aula [...] vejo o que é necessário para que meu aluno possa ter futuramente o que eles tanto querem que é a cidadania. Se por acaso surgir na sala eu vou deixar de falar por que nos documentos não estão escritos? De maneira nenhuma, vou abordar o assunto, você tem que ter essa autonomia o professor. [...] Essa é a maneira que encontro para lidar com essas questões é exercer minha autonomia a trabalhar em sala de aula aquilo que acho importante e surge em sala de aula, já que os governantes não levam em consideração as subjetividades de cada escola".

(Gardênia, professora do 5º Ano do Ens. Fund.)

Os profissionais da escola podem aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema escolar, ou então dialogar com elas e elaborar, colaborativamente, políticas formativas e inovadoras em vista de outro tipo de sujeito a ser educado.

[...] A análise de políticas demanda levar em consideração uma multiplicidade de aspectos, tais como: a estrutura social; o contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas; as forças políticas; e a rede de influências que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas. (MAINARDES, 2009, p. 10).

Outro momento importante para evidenciar em nossa análise é a reflexão do professor Cravo. Ele fala sobre o momento político marcado entre outras questões pelo golpe sofrido em políticas avanço significativo das temáticas envolvidas em questões de Direitos Humanos e cidadania.

“É mais que importante ter essas discussões, eu vejo Recife como a cidade de vanguarda e essa é uma temática que ela havia crescido muito com algumas gestões como a do João Paulo, foi um tema que conseguimos trabalhar e desenvolver muito na escola, então isso é importante que esteja no Plano Municipal do Recife, para que se torne algo legítimo e que possamos nos sentir respaldado trabalhar, para que de repente um pai e uma mãe possa dizer que não querem que trabalhe isso na escola, até por que muitas vezes a escola é o único espaço para que se tenha esse debate, se não há na escola dificilmente terá em outro espaço”

(Cravo, professor do 5º Ano do Ens. Fund.)

Por fim, fica evidente que haver políticas públicas educacionais que respaldem o trabalho dos/as professores/as em sala de aula é fundamental, principalmente no atual momento político em que professores/as são perseguidos/as e acusados/as de doutrinação ideológica. Apesar de compreender a relevância dos documentos como importante respaldo, sabemos que a ausência deles não impede que em sua autonomia docente os/as professores/as possam trazer determinados temas em sala de aula.

Diante das diversas falas sobre a importância de trazer tais discussões no Plano Municipal de Educação, sabemos que os/as professores são profissionais importantes no processo de formação dos/das estudantes e que a escola é o lugar por excelência que pode discutir e refletir sobre essas questões possibilitando convivência saudável entre os sujeitos diante seu gênero, orientação sexual entre outras questões que envolvem a temática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a invisibilidade das discussões de gênero e sexualidade na formação docente é parte constitutiva de um processo político e ideológico conservador. Que os temas que serão ou não, discutidos durante a formação refletem diretamente na prática dos/das professores/as em sala de aula. Assim, sabemos que apesar da importância de alguns debates na formação docente, como as discussões de gênero e sexualidade, as políticas públicas em educação no Brasil, apesar de significativos avanços, ainda refletem um projeto de sociedade pautada nas desigualdades.

Na presente pesquisa observamos que a temática que relaciona a tríade gênero e sexualidade, políticas públicas educacionais e prática docente tem sido pouco problematizada,

e são poucos os trabalhos que fazem essa relação. Diante disto, já evidenciamos uma importante urgência de fazer tal triangulação a fim de compreender como as políticas públicas educacionais configuram relações de poder e atuam de modo significativo na atuação docente.

Ao analisar o percurso das discussões de gênero e sexualidade ao longo da história, percebe-se que existe uma cultura em nossa sociedade em “naturalizar” os comportamentos adequados para o ser homem e ser mulher, desta forma se cria e estabelece identidade de gênero e papéis sexuais adequados. Sendo assim o desafio é colocar em pauta a pluralidade das identidades dentro da escola para que a mesma seja um ambiente propício de reflexão crítica, levando aos educandos a construção de sua identidade com autonomia e não ao estabelecimento de um padrão único.

Diante disto, percebemos a importância de apresentar desde a infância as discussões de gênero e sexualidade, pois se observa que os/as estudantes já se utilizam dos padrões normativos impostos pela sociedade para regular atitudes e comportamentos dos colegas em sala de aula. Desse modo, afirmamos que professores/as preparados/as para lidar com essas situações no cotidiano da escola poderão atuar de forma a minimizar essas situações, sem que estejam reforçando estereótipos e preconceitos.

O atual Plano Municipal de Educação da cidade do Recife, em seu teor invisibiliza as questões de gênero e sexualidade reforçando o discurso conservador que exclui diversas temáticas das políticas públicas educacionais. Diante deste cenário, em que temáticas fundamentais no campo social são negligenciadas a abordagem desses temas no espaço escolar perde cada vez mais significância, não há respaldo documental para a prática docente e ainda ocorre perseguição daqueles que buscam introduzir tais discussões na escola.

Apesar deste cenário identificamos que autonomia docente apresenta-se como possibilidade para que se possa discutir e refletir sobre tais temáticas no espaço escolar. As prescrições municipais do que deve ou não ser trabalhado são filtradas pelos/as professores/as que refletem sobre sua prática, conhecem as subjetividades das turmas e compreendem a importância de problematizar algumas situações que envolvam questões de gênero e sexualidade.

A falta de debate, reflexão e problematização destes temas, possibilita um aumento de preconceitos e violências como a homofobia, feminicídio, desigualdades de gênero entre outros. Apesar da autonomia docente, compreendemos que são fundamentais políticas públicas educacionais que respaldem os/as professores/as antes mesmo de sua atuação,

introduzindo esses debates desde a formação inicial docente, mantendo constante reformulação através dos processos de formação continuada.

A escola é o lugar por excelência em que esses temas devem ser problematizados, visto que esse espaço abriga diversidades humanas de gênero, sexualidade, raça, cor, classe entre outros aspectos e passamos nela a maior parte de nossas vidas. Se estes temas não forem trabalhados no ambiente escolar, onde será? Compreendemos que a escola como espaço educativo deve possibilitar aos sujeitos convívio social respeitável diante de suas diversidades e desconstruir o papel que durante muito tempo vem sendo atribuído a ela de reforçar um projeto de sociedade pautada em desigualdades, violências e repressões.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, jul/dez. 2001.

AVILA, André Heloy; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ANDALÓ, Carmen Silvia de Arruda. **Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 2, p. 289-298, abr./jun. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise dos Conteúdos**. Lisboa. Edições 70, 2004. (Obra original publicada em 1977).

BRAGA, Andrea Vieira. **Temas transversais, identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN**. Cadernos de Educação. Pelotas, ano, v. 15, p. 179-192, 2012.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

CARREIRA, Denise. **O informe Brasil – gênero e educação: da CONAE às diretrizes nacionais**. In: VIANNA, Cláudia; CARREIRA, Denise; LEÃO, Ingrid et al. Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

CRUZ, Éderson da; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **Gênero e Currículo: Uma análise desta (des)articulação na formação inicial de docentes**. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. 37, 2015, Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-16.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvona. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In. (Org.) DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvona. S. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FURLANI, Jimena. **Encarar o desafio da Educação Sexual na Escola**. Paraná. Secretaria de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade. Curitiba, p. 37-49, 2009.

JUNIOR, Edelson de Albuquerque Silva; CASTRO, Ana Emilia Gonçalves de; NETO, Antônio Elba Barbosa et. al. **Plano Municipal de Educação de Recife/PE: análise de um modelo de política pública**. In: II Congresso Nacional de Educação – CONEDU. 2., 2015, Campina Grande. Anais... Campina Grande: 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. Formação Docente, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAINARDES, Jefferson. **Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas**. Itajaí, Contrapontos, vol. 9, nº 1, jan/abr 2009, pp.4-16.

NÓVOA, Antônio. **Professores na Mudança do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza em prática**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan/jun. 1999.

RECIFE (Cidade). Projeto de Lei Ordinária nº 10 de 23 de junho de 2015. **Diário Oficial do Recife**. Poder Executivo Municipal. Recife, PE, p. 3-5, 2015.

UNBEHAUM, Sandra; VIANNA, Cláudia Pereira. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

_____; CAVASIN, Sylvia; GAVA, Thais. **Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia**. In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

VIANNA, Cláudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2, p. 68, 2012.

_____; UNBEHAUM, Sandra. **Contribuições da Produção Acadêmica Sobre Gênero Nas Políticas Educacionais: elementos para repensar a agenda**. In VIANNA, Cláudia; CARREIRA, Denise; LEÃO, Ingrid et al. Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

_____. **Gênero e Diversidade Sexual: desafios para a prática docente**. 2012. Disponível em: <http://nidia.atp.usp.br/evc/m3/textos/Texto_de_apoio_videoaula_24.pdf> Acesso em: 09 jan. 2017.